

**Extensão Universitária e a
Flexibilização Curricular**

**INDISSOCIABILIDADE
ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E A
FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR:
UMA VISÃO DA EXTENSÃO**



Conselho Nacional
de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Ministério
da Educação



Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre : UFRGS ; Brasília : MEC/SESu, 2006.

100p. (Coleção Extensão Universitária)

1. Extensão universitária. 2. Ensino universitário : Currículos. I. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

CDU-378.4

Catálogo-na-publicação : Biblioteca Central da UFRGS

Sumário

Apresentação	7
CAPÍTULO I	
Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: retrospectiva histórica e aspectos legais	15
I.1. O período antecedente à criação do FORPROEX	17
I.2. Da criação do FORPROEX aos dias atuais ...	21
CAPÍTULO II	
A universidade em processo de transformação: uma concepção curricular	35
II.1. Espaço Universitário: configurações históricas	36
II.2. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	40
II.3. Flexibilização Curricular: referenciais metodológicos	44
CAPÍTULO III	
Caminhos... ..	53
III.1. Contribuições Importantes	56
III.2. Possíveis Estratégias	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Considerações Finais	74
REFERÊNCIAS	
Referências bibliográficas	87
INFORMAÇÕES	
Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras	95
Esta edição	99

APRESENTAÇÃO

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, desde a sua constituição, em 1987, tem contribuído ativamente nos debates nacionais sobre Educação Superior no Brasil, respondendo aos desafios de integração dos aspectos social e científico na Universidade Pública. Destaca-se, ainda, seu papel de interlocutor junto às instâncias governamentais e a outros setores da sociedade, possibilitando o entendimento da importância que assume a Extensão como um dos espaços de reflexão crítica, que contribui para a oxigenação do pensar e do agir nas Universidades.

Desse modo, o FORPROEX, no processo de consolidação da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, vem formulando, com grande impacto, políticas que se refletem na organização e na institucionalização das atividades extensionistas em cada instituição, bem como nas

relações estabelecidas com as demais instâncias da sociedade.

No tocante à difusão e à implementação dos marcos conceituais e das diretrizes do Plano Nacional de Extensão, lançado em 1999, o FORPROEX, com a finalidade de elaborar documento para compor a Coleção Extensão Universitária, institui, durante o XVII Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES), em 2001, o Grupo Técnico (GT) de Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão e Flexibilização Curricular, para atender aos seguintes objetivos:

- estabelecer princípios gerais norteadores apresentados em documento que ofereça subsídios para a implementação da flexibilização curricular e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;
- divulgar experiências desenvolvidas nas Universidades Públicas Brasileiras.

Ao final de um ano de trabalho, este grupo apresentou, no XVIII Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em Florianópolis, em 2002, uma versão preliminar do documento por ele elaborado, que foi analisado pelos pró-reitores de extensão. Nesse Encontro, integrando-se à construção coletiva do FORPROEX, foi apresentado, também, sob a forma de palestra, o pensamento do Fórum de Ensino de Graduação – FORGRAD –, dando início ao diálogo entre os dois Fóruns no que se refere à questão da Flexibilização Curricular.

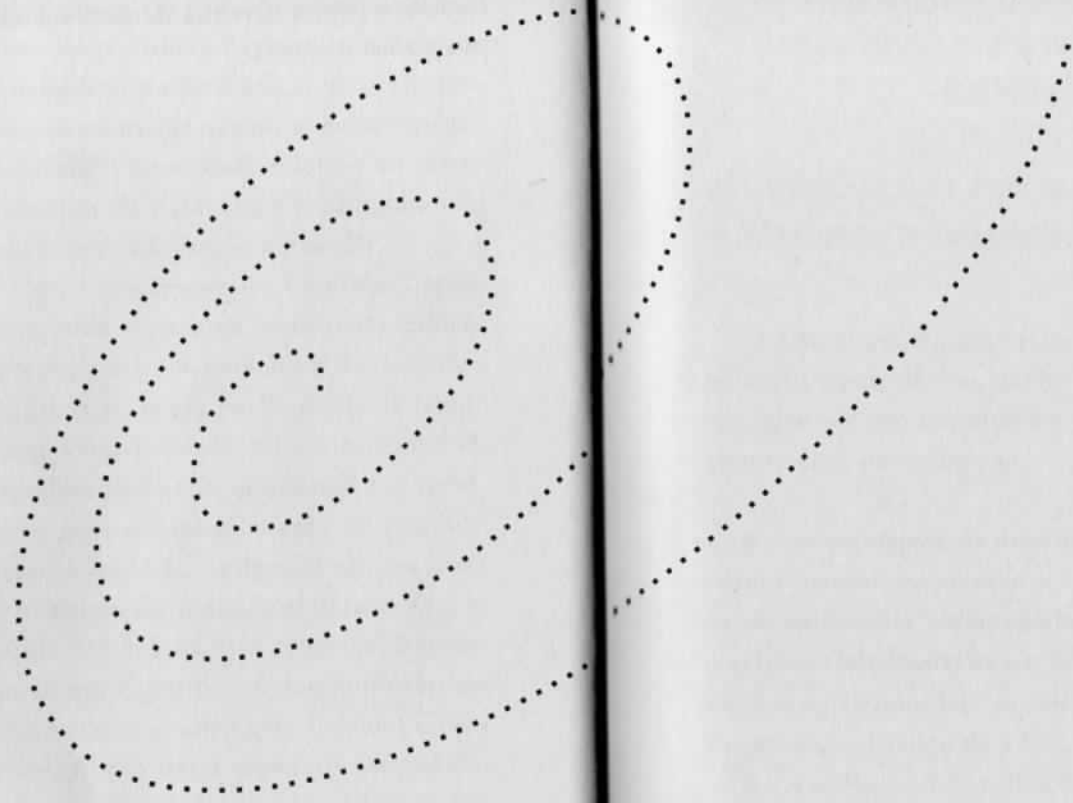
A partir de então, com as contribuições apontadas em plenária e com aquelas encaminhadas ao GT, outras versões foram concebidas nos anos seguintes, acrescidas da divulgação das experiências de flexibilização curricular vivenciadas por algumas de nossas universidades públicas.

Nesse sentido, o período de 2001 a 2006 consolida, em texto e em ações, a preocupação do FORPROEX, expressa desde 1987, com esta temática. Essa trajetória

constituiu-se em fruto do pensamento coletivo deste Fórum; da conscientização da comunidade universitária e de outras esferas da sociedade quanto ao compromisso social da Universidade Pública; ao fortalecimento da Extensão e à institucionalização da flexibilização curricular.

Neste documento, o Capítulo I apresenta uma síntese da história da Educação Superior em seus aspectos jurídicos relativos ao tema. No Capítulo II, aborda-se a universidade em seu processo de transformação, no que tange aos caminhos para a implementação da flexibilização curricular, sempre tendo em vista o princípio da indissociabilidade. O Capítulo III enfoca essa temática, baseando-se nas experiências desenvolvidas no âmbito da extensão e que contribuem para a construção desse processo nas universidades públicas brasileiras. Ao final, são tecidas considerações ressaltando a importância de um currículo construído sob a ótica da indissociabilidade, tendo a flexibilização como um dos principais me-

canismos para a garantia de uma formação crítica e cidadã.



capítulo I

**INDISSOCIABILIDADE
ENSINO – PESQUISA –
EXTENSÃO E A
FLEXIBILIZAÇÃO
CURRICULAR: retrospectiva
histórica e aspectos legais**

O debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, destacam-se:

- os princípios da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e os princípios da autonomia universitária (didático-científica, administrativa e de gestão financeira-patrimonial) estabelecidos na Constituição Federal de 1988;
- a análise sobre a dimensão que assume uma nova concepção de Currículo, pressupondo a utilização de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são funda-

mentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53 /LDB – 1996);

- a importância da flexibilização para uma nova estruturação curricular, menos rígida e mais adequada às necessidades de formação de profissionais-cidadãos;

- uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas.

Para situar esta questão, torna-se imprescindível a apresentação de uma retrospectiva histórica, de modo a subsidiar o debate e a implementação da flexibilização curricular, favorecendo, deste modo, a Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.

1.1. O período antecedente à criação do FORPROEX

O primeiro registro oficial sobre Extensão Universitária aparece no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931. De lá até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4.024/1961, o entendimento sobre a extensão permanece como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, destinada àqueles possuidores de diploma universitário. Percebe-se, desta forma, que a Extensão, naquele momento, voltava-se para os interesses da classe dirigente, fortalecendo, assim, as finalidades daquela Universidade: o progresso da ciência (por meio da pesquisa) e a transmissão do conhecimento (por meio do ensino). Neste sentido, é possível compreender o distanciamento existente entre a população e tais ações extensionistas, bem como a “dicotomia” entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No início dos anos 60, surge uma forma de extensão, especialmente promovi-

da pelo Movimento Estudantil, que discutia os problemas político-ideológicos e a educação no contexto nacional. Algumas universidades públicas brasileiras realizavam ações voltadas para a população carente, com predomínio do assistencialismo. Tais ações eram esporádicas e pontuais, desvinculadas, portanto, do projeto acadêmico da universidade.

Com a instalação do Estado Autoritário – o Golpe Militar de 64 – essas experiências foram interrompidas. Em 1966, é criado o Projeto Rondon, sob a gerência do Ministério do Interior, tendo como objetivo colocar os estudantes a serviço do Estado. Por meio desta atividade de voluntariado universitário, o Projeto Rondon ingressava na universidade. Neste contexto, a universidade, enquanto instituição, participava das atividades propostas pelo Governo sem exercer seu papel criativo e problematizador no âmbito das questões político-sociais brasileiras. O objetivo deste projeto governamental se prendia à cooptação de estudantes para aderir ao mode-

lo desenvolvimentista e tecnicista implantado no país naquele momento. Porém, no interior das universidades, movimentos contra-hegemônicos surgiram como a contraface deste sistema.

Na mesma época, em 1966, são criados os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC – com o objetivo de proporcionar aos estudantes universitários atuação junto às comunidades rurais, engajados aos propósitos da política desenvolvimentista dos governos militares. Posteriormente, os CRUTAC se converteram em campos de treinamento e de estágio para os estudantes universitários.

Nesse contexto, em que a sociedade brasileira reivindicava reformas de base, é sancionada a Lei 5.540/68, que tratou da Reforma Universitária. Os desdobramentos da aplicação dessa lei para a universidade logo se fizeram sentir. No que tange à Extensão Universitária, ela ainda aparece sob a forma de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. Seu cará-

ter é de cunho assistencialista, desvinculado do ensino e da pesquisa. O princípio da indissociabilidade, previsto para o ensino superior, aparece contemplado no Art. 2º dessa Reforma, relacionando, apenas, o ensino com a pesquisa.

Os anos de 1979 (Anistia), 1984 (Campanha Diretas Já), 1988 (Constituição Federal) e 1989 (Eleições Diretas) devem ser pontuados pelos desdobramentos que incitaram e vistos como marcos democráticos em que se constituíram, face aos inúmeros retrocessos sociais e políticos até então vividos.

Durante a década de 80, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania. A população deixa de ser percebida pela comunidade acadêmica como mera receptora de conhecimentos e de práticas produzidas no interior da Academia.

Com a criação do FORPROEX, em 1987, a concepção de Extensão é revista. Rediscute-se a função social da Universi-

dade, aprofunda-se a discussão sobre sua institucionalização e seu financiamento, intensificando-se e fortalecendo-se o diálogo político com o MEC, a partir do qual vislumbra-se a implementação de uma Política de Extensão Universitária, por parte do Estado.

1.2. Da criação do FORPROEX aos dias atuais

O Conceito de Extensão¹, definido pelo FORPROEX, em 1987, já explicitava uma *praxis* educativa, com base no princípio da indissociabilidade, enfatizando a necessidade de um currículo dinâmico, flexível

¹ A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

e transformador. Essas bases deveriam concretizar-se por meio de metodologias de ensino—aprendizagem problematizadas e produtoras de conhecimentos confrontados com a realidade brasileira e regional, resultando em:

- democratização do conhecimento acadêmico;
- instrumentalização do processo dialético teoria/prática;
- promoção da interdisciplinaridade;
- participação efetiva da comunidade na Universidade;
- visão integrada do social;
- relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais.

Além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista.

Desde então, o FORPROEX vem formulando políticas de extensão junto às

universidades públicas, tendo como uma de suas metas fundamentais atingir a Indissociabilidade ensino—pesquisa—extensão, cujo princípio ficou firmado no Artigo 207², da Constituição Brasileira, em 1988.

No II Encontro do FORPROEX, também em 1988, discute-se a estratégia de articulação da extensão com o ensino e com a pesquisa, tendo em vista o compromisso social da Universidade.

Destaca-se, nessa discussão, a dimensão crítica do conceito de sala de aula, que deixa de ser somente o *locus* de produção teórico-abstrata para ser considerada como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social, vivido por diferentes atores. Professores e estudantes, confrontados com a realidade, são sujeitos do ato de aprender e de produzir conhecimentos. Nesse sentido, a relação entre o ensino e a extensão con-

² Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade ensino—pesquisa—extensão.

duz a mudanças no processo pedagógico, na medida em que ambos constituem-se em sujeitos do mesmo ato: aprender.

Uma outra possibilidade decorrente desta visão é enxergar a extensão como parte integrante do processo de democratização do saber acadêmico, uma vez que, por meio dela, este saber retorna à Universidade testado e reelaborado.

Na relação com a pesquisa, a perspectiva trazida pela extensão é a da necessidade de considerar para quais fins e para quais interesses buscam-se novos conhecimentos com o objetivo de transformação da sociedade.

A partir de então, os debates na esfera educacional se intensificam no sentido do estabelecimento de suas diretrizes maiores, em concordância com a Constituição, enquanto o FORPROEX segue suas discussões no que diz respeito às diretrizes básicas para a Extensão Universitária.

O V Encontro Nacional, em 1991, ao discutir os avanços alcançados pela Extensão nas universidades públicas brasileiras, reafirma a necessidade de maior articula-

ção entre as três atividades da Universidade e a institucionalização da Extensão, sob o enfoque da autonomia universitária e sua gestão democrática, com impactos relevantes sobre a questão curricular e social. Desse modo, torna-se fundamental compartilhar saberes e reunir esforços capazes de inserir a universidade na sociedade, sem muros e sem preconceitos.

Em 1991, portanto, o FORPROEX propõe, como forma de institucionalização da Extensão, a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes, em ações de Extensão, seja computada para a integralização curricular.

A partir de 1993, o diálogo travado pelo FORPROEX com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), resultou na criação das diretrizes políticas para o Programa de Fomento à Extensão (PROEXTE), priorizando e definindo critérios para apoio financeiro às universidades públicas.

Em 1994, o MEC, por meio da SESu, constitui a Comissão de Extensão (Portaria nº 265 de 01/08/94), composta por dirigentes do FORPROEX, pela diretoria do Departamento de Política do Ensino e pelo chefe de Divisão de Extensão e Graduação da SESu/MEC, com o objetivo de oficializar as diretrizes políticas para o PROEXTE.

Apesar dos inquestionáveis avanços conseguidos nesse período e explicitados pelo FORPROEX na Carta de Juiz de Fora, em 1996, – que destacava o fortalecimento da integração ensino–pesquisa–extensão por meio dos programas e dos projetos extensionistas desenvolvidos pelas universidades públicas –, o PROEXTE foi interrompido abruptamente, nesse mesmo ano, pelo MEC, intensificando as dificuldades para manutenção dos programas de extensão que se iniciaram, segundo aquelas perspectivas e expectativas orçamentárias.

Assim, desvela-se o paradoxo do fomento a programas e projetos de extensão universitária, ter sido interrompido por

parte do MEC, embora, a partir de 1996, vigorasse a Lei Nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresenta indicativos quanto à definição do papel das universidades no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão, norteados pela indissociabilidade entre eles.

Desse modo, de 1996 a 2003, o FORPROEX, vislumbrando a captação de recursos, segue em busca de interlocução com os demais ministérios, e passa a produzir documentos de referência para consolidação do processo de institucionalização da Extensão.

Em 1999, inicia-se a publicação denominada Coleção Extensão Universitária do FORPROEX, parcialmente apoiada pelo MEC, tendo como marco o lançamento do Plano Nacional de Extensão, seguido do volume 2, intitulado Sistema de Dados e Informações e Rede Nacional de Extensão, e do volume 3, Avaliação da Extensão Universitária. O volume 4 é dedicado à temática indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e à

flexibilização Curricular.

A partir de 2003, um novo cenário político se apresenta e, com ele, o PROEXT é retomado pelo MEC. Além disso, apoios substantivos são conseguidos para o fomento das ações extensionistas das universidades públicas mediante editais públicos lançados por diferentes ministérios, tais como: o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, dentre outros. Há que se destacar, ainda, o lançamento, pelo CNPq, de editais específicos para o fomento a programas e projetos de extensão.

Em suma, se no final dos anos 80 detecta-se a emergência de um novo paradigma de Universidade – mais articulada aos seus entornos –, hoje, esta nova Universidade, embora não-hegemônica, mostra sinais de maturidade.

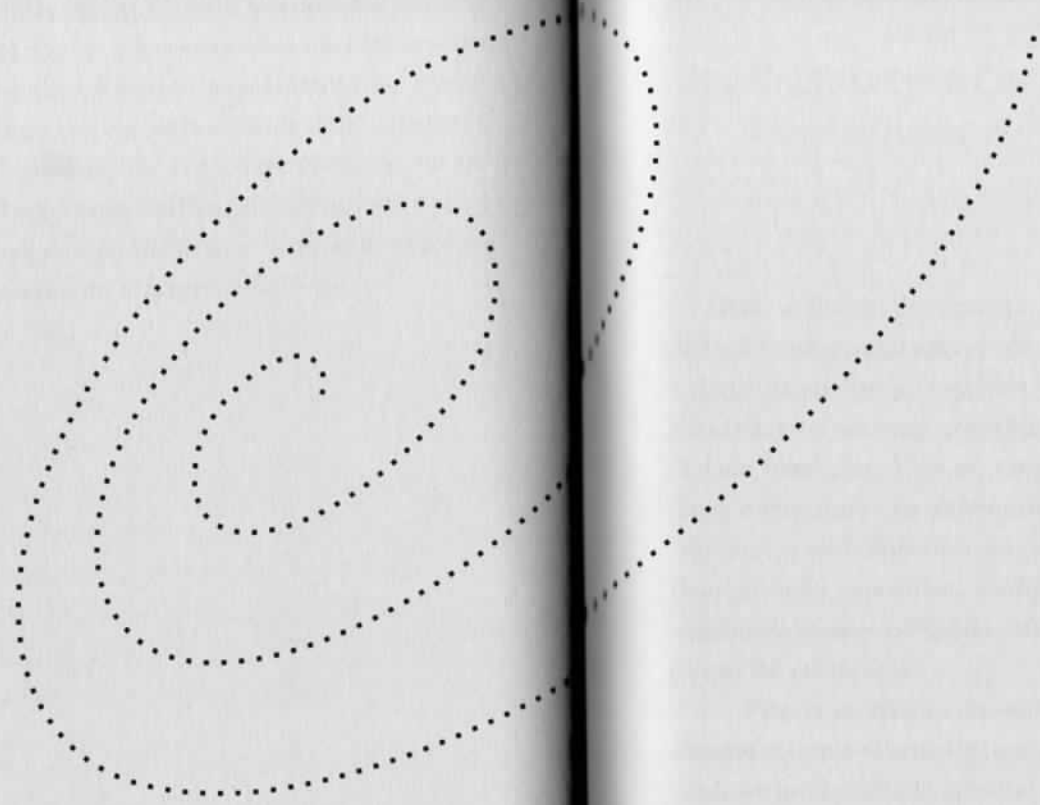
Do exposto, verifica-se a consolidação de toda uma dinâmica que tem contribuído para a formação de um pensamento

crítico, explicitado nos trabalhos relacionados à temática indissociabilidade e flexibilização curricular apresentados nos últimos eventos nacionais e internacionais de Extensão Universitária.

No presente momento, caminha-se para o estabelecimento de políticas e ações articuladas permanentemente com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e com os demais fóruns, de Graduação FORGRAD, de Pesquisa e Pós-Graduação FORPROP e de Planejamento e Administração FORPLAD.

Esta retrospectiva histórica demonstra a fundamental participação do FORPROEX, como representante de um processo acadêmico construído coletivamente, contribuindo, desde a sua constituição, para com os debates nacionais sobre Educação Superior no Brasil e procurando responder aos desafios da Universidade Pública Brasileira. Saliente-se, ainda, seu

relevante papel como interlocutor junto às instâncias governamentais e a outros setores da sociedade, possibilitando o entendimento da importância que assume a Extensão: um espaço privilegiado de reflexão e ação crítica, contribuindo para a oxigenação do pensar e do agir transformador da Universidade.



capítulo II

A UNIVERSIDADE EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO: uma concepção curricular

Nesta etapa do documento, busca-se a reflexão sobre concepções de Currículo, a partir da análise de modelos de Universidade historicamente constituídos na realidade brasileira. Visa-se, também, a indicar norteadores de referência que possibilitem o entendimento do processo de flexibilização curricular, tendo a indissociabilidade ensino—pesquisa—extensão como ponto de referência.

Para se ter clareza do significado que assume o termo Currículo, nos dias atuais, torna-se fundamental explicitar as relações intrínsecas entre as funções da universidade e o seu papel na sociedade. Faz-se necessário, ao discutir tais questões, não se perder de vista a dimensão de que Currí-

culo é um dos fios de uma rede – se não toda ela – existente na universidade, que necessariamente se entrelaça com outros fios acadêmicos e administrativos, tornando visíveis, ao se desenvolver, os processos de construção do projeto político da Universidade.

II.1. Espaço Universitário: configurações históricas

Pensar as funções da Universidade, hoje, exige refletir e resgatar as relações travadas em seu interior para com a Sociedade e para com o Estado, no que se refere às questões que vão desde a forma de administração adotada até a proposta educativa da instituição.

Neste contexto, é importante ressaltar as diferentes funções atribuídas à Universidade e apresentar uma breve retrospectiva histórica que auxilie a construção de um conceito de Currículo, apoiado em princípios éticos, humanistas e solidários, que fortaleçam uma concepção democrática de vida em sociedade.

Neste resgate, é possível visualizar algumas concepções diferenciadas da organização da universidade, construídas ao longo dos anos e que, ainda hoje, coexistem no interior das universidades públicas brasileiras, explicitando seus princípios político-ideológicos e suas influências no pensar e no fazer acadêmico.

A visão tecnoburocrática, inaugurada nas décadas de 40 e 50, atribuiu à Educação o papel de adequar-se às necessidades emergentes do processo de industrialização, embutido no projeto ideológico que era fortalecido pelo Estado Nacional.

O controle e a direção dos eventos socioeconômicos valorizavam aqueles mais capazes de sustentar o caráter especulativo, que favorecia ganhos e vantagens pessoais. A Universidade, naquele momento, deveria responder às necessidades do desenvolvimento industrial preconizado, formando recursos humanos para o mercado de trabalho.

O Currículo, limitado a uma “grade”, passa a valorizar as disciplinas organiza-

das em regime seriado, apresentando ao estudante um elenco variado de informações, imprimindo uma visão linear e rígida de formação, capaz de marginalizar aqueles que não se adequavam a este sistema.

Com a consolidação da ditadura militar, em 1964, a Universidade, foco de resistência a tal movimento, passou a ser alvo de medidas que visavam à sua reformulação e à sua conseqüente “modernização”, por meio da adoção de atos legislativos e mecanismos administrativos específicos. O Currículo, segundo os princípios defendidos pela ideologia então vigente, é reestruturado, adotando-se o sistema de créditos que, dentre outras conseqüências, fragmentou o princípio da indissociabilidade ensino—pesquisa—extensão.

Tal concepção/visão orientou o Currículo de forma a garantir sua vinculação com a educação, o desenvolvimento econômico, a segurança e a integração nacionais. Fortaleceu-se, nesse momento, o pensamento conservador, liberal, privilegiando a manutenção do *status quo* evidencia-

da no treinamento e no condicionamento da mão-de-obra, marcando a fase do tecnicismo curricular.

Ao lado das idéias neoliberais, bem como o seu fortalecimento nas décadas de 80 e 90, o processo de modernização administrativa universitária passa a basear-se em modelos e práticas gerenciais que buscam “aumentar” a qualidade e a eficiência dos serviços, tendo como modelo a administração de empresas privadas. A Universidade sofre influências dessa visão empresarial, tendo como ponto nevrálgico a discussão da autonomia universitária. O entendimento da necessidade de implantação da “qualidade total” a idéia de “eficiência” e de “sucesso” na carreira, assumidos pelas empresas, permeia a Universidade e a formação de profissionais, marcando, sobremaneira, as ações norteadoras do Currículo, atreladas à lógica do mercado.

II.2. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão

A história da Universidade Brasileira está vinculada à luta permanente, no campo político-educacional, de todos aqueles que buscam um espaço acadêmico onde se exercitem teorias e práticas transformadoras da Sociedade e do Estado. Uma Universidade capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, por vezes conflitantes. No seu interior, iniciativas tentam romper as amarras da Academia, ansiando por uma Universidade pautada em novos paradigmas, que envolvem o respeito à ética, à diversidade cultural e à inclusão social, como seus princípios e suas referências. Uma Universidade que amplie seu escopo de atuação passando a envolver não só os segmentos sociais já tradicionalmente privilegiados, mas a sociedade na sua totalidade. Conseqüentemente, uma Universidade com suas atribuições ampliadas.

De um lado, ela continua o seu trabalho tradicional, já consagrado, voltado para a especialização, entendida como a pro-

dução do conhecimento novo e contribuição para a ciência universal, para o avanço do conhecimento científico e tecnológico mundial. De outro, volta-se para a interdisciplinaridade, vista na perspectiva da estruturação dos problemas sociais e do desenvolvimento regional e local. Como decorrência, também seus parâmetros balizadores se ampliam, passando a envolver, além da qualidade intrínseca do trabalho científico realizado – sua excelência acadêmica –, um novo e essencial componente: a relevância social desse trabalho científico.

Assim, uma Universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

Deste modo, na formação acadêmica ocorrem mudanças. A formação deve ser concebida de forma crítica e plural, não podendo se restringir simplesmente à transmissão de ensinamentos em sala de aula.

A globalização da economia e o surpreendente crescimento da taxa de inovação tecnológica, ao tornarem extremamente curta a vida útil do conhecimento contemporâneo, seriam razões importantes para a formação do estudante não estar circunscrita à preparação profissionalizante. Afinal, essa em pouco tempo torna-se superada. A noção de competência profissional, hoje, envolve o domínio não apenas do conhecimento acumulado (os conteúdos) e suas aplicações mais imediatas, mas também as formas como o conhecimento é produzido nas áreas científicas e ele relativas e sua contextualização histórica.

Assim, a busca dessa competência de forma plena passa pelo desenvolvimento de uma atitude investigativa e questionadora que, ampliando a capacidade de aprender por si do ser humano, vai criar

condições para que ele possa, permanentemente, se manter aprendendo. É essa capacidade de (re)criar o conhecimento e manuseá-lo que, realmente, qualifica a competência do indivíduo.

Para o desenvolvimento destas competências, a pesquisa e a extensão são imprescindíveis. O processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la. Criam-se, dessa forma, condições para que a formação do estudante não fique restrita aos aspectos técnicos, formais e passe a contemplar seus aspectos sociais e políticos, promovendo a conscientização crítica. O conhecimento existente, ou o que está sendo construído, é produto de um contexto social determinado, podendo ser utilizado tanto no sentido da consolidação das exclusões sociais como da sua eliminação.

Essa perspectiva vai requerer, além de educadores afeitos à investigação e aos

questionamentos quanto aos rumos da sociedade, que adotam e criam novas práticas pedagógicas, uma nova organização curricular permeável às transformações em curso, interdisciplinar, privilegiando a articulação teoria-prática na formação integral do estudante.

Trata-se, em suma, de um novo paradigma curricular no qual é inevitável a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão enquanto eixo de formação do estudante, de uma perspectiva na qual a graduação vai além da mera transmissão para se transformar em espaço de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser sujeito, crítico e participativo, para o qual a flexibilização aparece como um meio de viabilização.

II.3. Flexibilização Curricular: referenciais metodológicos

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) determina o fim dos antigos currículos mínimos, definidos pelo extinto Conselho Federal de Educação e que eram obriga-

tórios na construção dos currículos dos cursos de graduação. As Diretrizes Curriculares, além de traçarem caminhos para eliminação do excesso de pré e de co-requisitos entre as disciplinas, prevêm a inclusão de atividades denominadas “complementares” nos projetos pedagógicos de tais cursos, abrindo-se, assim, possibilidades no Currículo para a introdução de ações de Extensão, ao lado de outras atividades, como as de Pesquisa.

O Currículo com estas características possibilita não somente a incorporação da participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, mas faz com que a organização curricular assuma um novo desenho a partir de uma nova concepção. Vale ressaltar que a Flexibilização Curricular traz, também, a idéia da liberdade, dando autonomia ao estudante para construir seu caminho, seu currículo, sua identidade. É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é Currículo. Sendo assim, não é algo que possa ser en-

tendido como definitivo, mas como um projeto que se forja no cotidiano, construído reciprocamente pelo professor e pelos estudantes.

Nesse sentido, o Currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica. Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação.

Quando a Universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um Currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência.

É, no entanto, essencial que, ao serem selecionadas para fazer parte do percurso curricular, as ações de extensão, como tam-

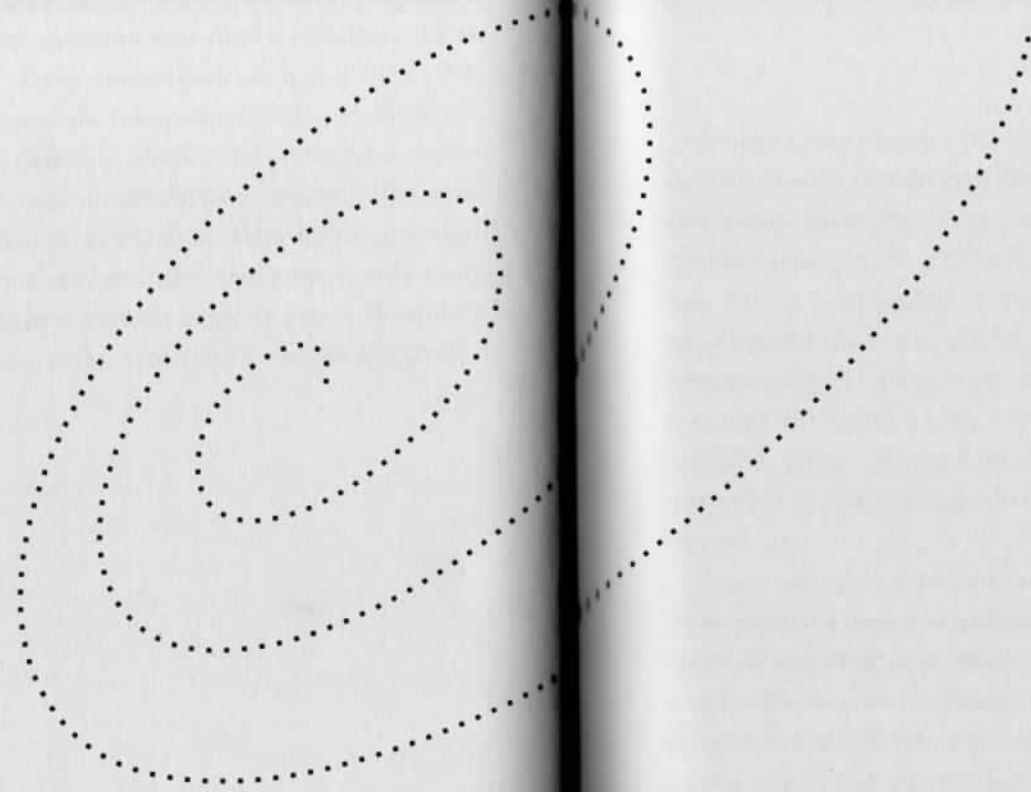
bém as de pesquisa – instrumentos de diálogo e transformação na realidade – mantenham estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil do profissional delineado no projeto político-pedagógico. É importante que essas ações, no caso específico das de extensão, possibilitem ao estudante a vivência de experiências significativas que dêem aos mesmos condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, construir uma formação compromissada com a realidade da população brasileira.

A Flexibilização busca, portanto, substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, viabilizando um novo desenho curricular decorrente e balizado por um projeto político-pedagógico cujo compromisso, no âmbito da Universidade, é ser discutido e construído intensa e coletivamente. A Universidade e, conseqüentemente, o Currículo dos seus Cursos transformam-se em espaços privilegiados para

a reflexão, o debate e a crítica, resgatando seu compromisso com a cidadania plena.

Cabe ainda observar que o Plano Nacional de Educação (PNE), na Meta 23¹, estimula a adoção das atividades de extensão no percurso acadêmico dos estudantes. Ressalta-se, além disso, que algumas universidades vêm construindo caminhos e abrindo espaços para a flexibilização, como será visto na seção seguinte.

¹Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas (BRASIL, 2001, p. 37).



capítulo III

Muitas Universidades Públicas Brasileiras vêm desenvolvendo experiências de flexibilização curricular. Para possibilitar o conhecimento sobre o caminhar de algumas dessas instituições, o FORPROEX as disponibiliza na RENEX *http://www.renex.org.br*, criando um espaço para o compartilhamento com todos os interessados, espaço aberto à inclusão de outras experiências, críticas, discussões, reflexões etc.

Neste capítulo, são considerados os principais aspectos dessas experiências, na tentativa de construir uma tipologia que possa ser utilizada como norteadora deste processo, junto ao Projeto Político-Pedagógico dos cursos nas universidades.

Antes, porém, é importante salientar que não se pretende esgotar toda a multiplicidade e riqueza experimentadas nas universidades, até mesmo porque, na maioria das

experiências, é o processo de sua realização que parece ter maior relevância. Dessa forma, a expectativa é a de que esta apresentação seja uma primeira referência, pois ao longo do caminho trilhado, evidencia-se a importância da flexibilização para uma nova estruturação curricular, abandonando as práticas de caráter instrucionista e priorizando a (re)construção do conhecimento tendo nos estudantes o seu foco principal.

Entretanto, mesmo sendo essa uma perspectiva para a qual se observa uma substantiva convergência – uma vez que, na verdade, é construída a partir de documentos oriundos do FORGRAD e do FORPROEX, dos planos nacionais de Educação, Extensão e Graduação e da própria LDB; e aponta para uma universidade na qual as vocações técnico-científicas e humanísticas sejam igualmente privilegiadas –, sua implementação na prática vem ocorrendo de forma ainda tímida.

Do ponto de vista conceitual, é inegável, e até consensualmente reconhecida, a

necessidade de novas estruturas e instâncias universitárias, bem como o abandono das antigas práticas pedagógicas, para este novo paradigma de universidade, mais articulada com as necessidades do país. No entanto, o momento atual ainda é de superação de resistências para que se possa de fato experimentar novas alternativas e fazer com que esse movimento avance na prática. Não obstante o conservadorismo às vezes encontrado no meio universitário, alguns aspectos, e até mesmo pré-conceitos, se revistos, podem levar a uma maior motivação para a implementação de mudanças.

É exatamente com o objetivo de auxiliar e estimular o avanço desta discussão, apontando caminhos para a implementação da flexibilização, que esse capítulo foi elaborado.

Na seção seguinte, apresenta-se: um conjunto de princípios oriundos do FORGRAD para a implementação de ações de flexibilização, que se conjugam ao processo desenvolvido no âmbito da Extensão

abordado anteriormente; uma tipologia construída a partir das experiências que vêm sendo vivenciadas por diferentes universidades; uma conceituação das atividades de pesquisa e extensão mais condizente com a noção contemporânea de indissociabilidade e alguns indicadores referidos pelo Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão do FORPROEX.

A última seção apresenta o conjunto de recomendações do Grupo Técnico de Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular do FORPROEX e algumas considerações de caráter mais geral.

III.1. Contribuições Importantes

De acordo com o FORGRAD (2002), os seguintes princípios, respeitadas as características e especificidades de cada instituição, devem nortear toda e qualquer ação pedagógica de flexibilização curricular a ser implementada nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação:

■ *A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político-pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;*

■ *A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político-pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve se resumir à mera reorganização de um conjunto de disciplinas;*

■ *Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;*

■ *As atividades complementares devem contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;*

■ *O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;*

■ *Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;*

■ *As IES têm autonomia para definir a distribuição das disciplinas e as atividades complementares, bem como a carga horária e a forma de operacionalizar o registro acadêmico das mesmas. Entretanto, é recomendável que se construa um consenso em torno da nomenclatura a ser utilizada;*

■ *O grande desafio a ser enfrentado pelas IES, para realizar a flexibilização dos currículos, reside na promoção de ações continuadas de conscientização e motivação da comunidade acadêmica;*

■ *Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;*

■ *Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensi-*

no, pesquisa e extensão que compõem um determinado processo de formação - curso;

■ *Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e inter-institucionais;*

■ *Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que freqüentam os cursos noturnos;*

■ *A tutoria acadêmica apresenta-se como importante estratégia para viabilizar a flexibilização.*

Também em relação aos processos de gestão administrativa das IES, o FORGrad destaca mais alguns princípios:

■ *A instância colegiada responsável pelo curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;*

■ *A administração superior da instituição deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo*

curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimento em recursos humanos;

■ *Para garantir a flexibilização, é necessária a revisão da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.*

Destaca, ainda, a imprescindibilidade da definição e regulamentação de formas de avaliação institucional das ações de flexibilização que, sendo capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido, possam contribuir para a construção permanente do projeto político-pedagógico de cada curso.

Naturalmente, o FORPROEX tem ratificado e recomendado a adoção desses princípios no âmbito da Extensão Universitária.

As experiências de flexibilização, por sua vez, têm delineado três grandes modalidades.

A primeira delas diz respeito ao reconhecimento da necessidade de que a composição curricular, no sentido de viabilizar uma formação mais adequada do estudante, tanto do ponto de vista formal como político, requer que sejam compreendidos como válidos todos os espaços de aprendizado possíveis. Este reconhecimento se reflete nos esforços para favorecer, estimular e reconhecer um conjunto destes espaços ou possibilidades de aprendizado, incluindo-se aqui a creditação ou mesmo o registro nos históricos escolares de atividades como:

- Atividade de extensão.
- Atividade de pesquisa.
- Atividade de monitoria.
- Disciplinas eletivas ou optativas ou isoladas.
- Participação em seminários, congressos e similares.
- Estágios curriculares não-obrigatórios.
- Atividade em Educação a Distância.

- Atividade de representação acadêmica.

- Participação no Programa Especial de Treinamento ou outros Grupos de Tutorias.

- Disciplinas cursadas em outras instituições.

- Visitas técnicas.

- Discussões temáticas etc.

Estas atividades podem ser caracterizadas como complementares obrigatórias ou livres. No primeiro caso, são organizadas pelo colegiado de curso, podendo ser permanentes ou definidas a cada período. As livres podem ser individualmente organizadas, porém são desenvolvidas com o conhecimento e aprovação do colegiado de curso. Em ambos os casos são estabelecidos processos avaliativos.

Trata-se de uma modalidade que, inquestionavelmente, permite atingir um número maior de estudantes, já que o seu envolvimento deixa de depender de bolsas (extensão, monitoria, pesquisa etc.) e

da adesão voluntária, que sempre acompanha o envolvimento dos estudantes na maior parte destas atividades.

A segunda modalidade está voltada mais especificamente para a extensão e envolve a criação de atividades curriculares nos moldes da Atividade Curricular em Comunidade (ACC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nessas, as atividades de pesquisa e extensão ocorrem em projetos de caráter multiprofissional, sob a orientação de professores. Essas experiências correspondem a uma disciplina de 60 horas. Enquanto na UFBA elas se inserem nos currículos como atividades complementares obrigatórias, na UFSCar elas se constituem em disciplinas eletivas de 4 créditos.

A diferença entre essas atividades e as demais disciplinas curriculares é que são frutos da liberdade na escolha de temáticas e dos procedimentos metodológicos

escolhidos para tratá-las. São em princípio desenvolvidas em um semestre letivo. Contudo, nada impede que possam ter continuidade em outros semestres, embora com novas equipes de estudantes.

A terceira modalidade refere-se a projetos pedagógicos, nos quais estão previstas disciplinas específicas de caráter obrigatório, distribuídas ao longo de todos os períodos letivos, tendo como objeto o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Diferencia-se das modalidades anteriores na medida em que tais projetos estão organicamente articulados aos projetos político-pedagógicos dos cursos.

Sabe-se, além disso, que na prática existem experiências de indissociabilidade inseridas em disciplinas, as quais possivelmente se constituem em motivação para incitar a sua disseminação de forma mais abrangente nos projetos políticos pedagógicos. Entretanto, não é possível reproduzi-las aqui devido às suas especificidades e também multiplicidade. Esta, se considerada isoladamente,

certamente poderia ser uma quarta modalidade de fundamental importância como referência para as bases do processo de flexibilização. Na verdade ela se refere a uma prática metodológica que deve ser incorporada à filosofia do projeto político-pedagógico de cada curso.

Essas modalidades não devem ser consideradas como consecutivas, podendo cada instituição adotar, adaptar ou tomar como referência, o que é muito mais provável inclusive, aquela que mais se ajuste às suas especificidades.

Nesse sentido, uma contribuição importante para a implementação de ações de flexibilização diz respeito à própria conceituação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. É preciso ter clareza que ensino, pesquisa e extensão não devem ser vistos como objetivos ou funções da universidade, mas como atividades que, de forma indissociada, dão concretude ao que é de fato o seu objetivo, sua missão: produzir e sistematizar o conhecimento e torná-lo acessível.

É importante, inclusive, observar que o uso do termo tornar acessível, e não disponibilizar ou disseminar, reflete a preocupação de que o conhecimento possa ser de fato apropriado por diferentes segmentos da sociedade. Assim, sob esta ótica, o ensino é essencialmente uma atividade na qual o conhecimento disponível é, do mesmo modo, apropriado pelos estudantes, sendo a pesquisa e a extensão as atividades voltadas para a produção e sistematização do conhecimento e para torná-lo acessível aos mesmos, possibilitando uma formação profissional cidadã.

No entanto, estas atividades não podem ser vistas como dissociadas das demais. Ao se praticar o ensino, à exceção da prática exclusivamente memorística, se está também produzindo conhecimento e tornando-o disponível, apropriável. A extensão, ao ser compreendida como experiência vivenciada na realidade social e não como mera prestação de serviços, é também uma atividade de ensino, já que envolve estudantes e tem um caráter educa-

tivo junto à população com a qual o trabalho está sendo desenvolvido. Envolve também a produção de conhecimento, que é uma etapa deste processo, na qual se procura compreender a realidade com a qual se está lidando.

A pesquisa pode também ser vista como envolvendo processos de transformação da realidade quando não fica restrita à visão convencional mais ligada à produção de conhecimento novo nas áreas básicas. Embora um caso extremo possa ser a pesquisa-ação, é inquestionável que uma parte significativa dos projetos de pesquisa, principalmente nas áreas sociais e de humanidades, requer interações com os segmentos sociais. Deve, além disso, como discutido anteriormente, ser vista não apenas como princípio científico, mas educativo, um instrumento de diálogo com a realidade e uma atitude investigativa a ser desenvolvida nos indivíduos.

É importante destacar que, no documento consolidado pelo Grupo de Trabalho de Avaliação da Extensão Universi-

tária do FORPROEX para avaliar o contexto, as atividades e os objetivos da extensão na universidade, levou-se em conta os aspectos norteadores do projeto político institucional relacionados às dimensões de política de gestão, de infra-estrutura, de relação universidade-sociedade, de plano acadêmico e de produção acadêmico-científica. Foram definidos categorias e indicadores que podem ser relacionados às questões da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e da flexibilização curricular, reafirmando o compromisso institucional para com a extensão universitária, demonstrando seu impacto social e acadêmico (FORPROEX, 2001). Em continuidade, o Grupo de Trabalho de Avaliação vem aplicando instrumentos junto às Pró-Reitorias de Extensão para consolidar sua análise, a ser divulgada.

III.2. Possíveis Estratégias

Apresenta-se aqui um conjunto positivo de estratégias vislumbradas como possíveis para o início ou a continuidade

à implementação de ações visando à flexibilização curricular nas universidades públicas. As primeiras são medidas que podem ser implementadas no âmbito das pró-reitorias de extensão, pois de fato se referem às estratégias preconizadas pelo FORPROEX para a institucionalização das ações e atividades de extensão. A complexidade das estratégias cresce com as demais proposições, na medida em que se amplia o leque de atores envolvidos com sua formulação e implementação, como é o caso dos colegiados de cursos, das pró-reitorias de graduação, pós-graduação etc.

Idealmente, seria muito importante que este processo ocorresse, desde o seu início, envolvendo todos os setores acadêmicos e administrativos, uma vez que é exatamente esta prática articulada e orgânica que se pressupõe quando se discute a implementação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Afinal, não se poderia pensar em ações de extensão sem o envolvimento dos colegiados dos cursos, pois as mesmas, necessariamente, envol-

vem os estudantes na sua execução. Ou seja, o projeto político-pedagógico de cada curso deve ser construído em estreita consonância com a política de extensão da instituição, que o influencia e é por ele influenciado. Este, no entanto, é um ideal ainda a ser alcançado, e, para evitar o imobilismo que daí poderia advir, pode ser necessário que as pró-reitorias primeiro viabilizem e estimulem as discussões em sua esfera imediata, em seu âmbito de ação.

Assim, no que diz respeito ao âmbito da extensão, a institucionalização das ações, independentemente da modalidade escolhida ou criada, certamente se constituirá em uma estratégia para auxiliar na criação das condições políticas para que ações de caráter mais orgânico possam ser experimentadas. Essa institucionalização, na medida em que leva a uma maior visibilidade, pode, por exemplo, estimular estudantes, professores e, portanto, os colegiados de curso, a considerar a importância da incorporação dessas atividades nos projetos político-pedagógicos, dando início a

um círculo virtuoso de oferta e demanda entre as áreas responsáveis pelo ensino e pela extensão na instituição; círculo este que com o tempo tenderia a se expandir envolvendo as demais interfaces.

Por onde começar não é a questão mais importante. Dar início a esse processo de compartilhamento não somente de concepções, mas, e principalmente, do muito que já tem sido realizado nas universidades públicas brasileiras, proporcionará condições políticas para vôos maiores, como aqueles sugeridos pelas estratégias aqui sistematizadas.

Recomenda-se neste sentido a adoção de medidas como as que se seguem.

1. As ações de extensão devem ser institucionalizadas, com aprovação nos órgãos acadêmicos e registro em sistema de informação aberto à consulta.

2. A política de institucionalização deve estimular a sistematização de ações de extensão em programas, formato que induz práticas interdepartamentais, interdisciplina-

res e interinstitucionais; os focos temáticos devem representar linhas de extensão.

3. Os programas e os projetos a ele vinculados, bem como projetos não-vinculados, devem ter formalizados, em seu corpo, uma "proposta didático-pedagógica", que defina:

3.1 - a potencialidade da ação de extensão para a formação técnica do estudante - relacionada a seu curso de origem - e para o crescimento pessoal e cidadão, pela interação social a ser vivenciada;

3.2 - uma programação preliminar de leituras, participação em seminários, grupos de discussão e oficinas;

3.3 - o período de tempo que o estudante participará do projeto;

3.4 - o sistema de avaliação da participação do estudante, se necessário com a emissão de conceito final (exigência de muitos colegiados de curso); e,

3.5 - a qualificação do professor-orientador.

4. Os programas e projetos de extensão podem ser formalizados como: disci-

plinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) ou atividades complementares, previamente definidas, ou reconhecidas ao final do tempo de participação.

5. A avaliação das ações de extensão deve considerar as categorias e os indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, o conceito de extensão e suas diretrizes como critérios de aprovação, considerando a relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais.

Todas estas recomendações se originam do trabalho que o FORPROEX vem desenvolvendo ao longo dos anos, com recomendações detalhadas em diversas publicações. É sempre oportuno reafirmar que em todas as circunstâncias, na implementação da ação de extensão devem ser consideradas: a valorização do cenário de aprendizagem sobre conteúdos pré-estabelecidos; a primazia da relação estudante/sociedade; o acompanhamento por

professor-orientador; o sistema de avaliação prospectivo, participativo, com enfoque subjetivo e objetivo; e a relação de continuidade pactuada e dialogada eticamente com a comunidade em que se insere a ação de extensão.

É importante, além disso, que as universidades públicas avaliem experiências clássicas e institucionalizadas, ou seja:

6. (Re)visitar, na ótica da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, experiências como integração docente-assistencial, internato rural, vivências complementares, estágios, estágios de campo, atividade acadêmica a distância etc.

Um outro passo de fundamental importância se refere à recomendação de que:

7. As ações de extensão devem adotar como referência os projetos político-pedagógicos dos cursos da instituição.

Embora este seja um ideal ainda a ser alcançado, um requisito para a existência das ações de extensão é o de envolver os estudantes. Em suma, deve se justificar tanto pela perspectiva acadêmica como social. Assim, sem que se coíba a iniciativa de novas proposições – que podem se originar, por exemplo, de áreas de pesquisa dos docentes ou de novas áreas de atuação, não tendo ainda um impacto direto sobre a formação do estudante – o estímulo e a orientação a serem dadas aos proponentes das ações devem ser no sentido de se buscar este componente formativo, na perspectiva técnico-profissional e na de formação política, cidadã.

A adoção do projeto político-pedagógico dos cursos como referência pode, a depender do contexto interno da Universidade, ser uma ação por parte da Câmara de Extensão, consultando, por exemplo, os colegiados de curso, ou uma ação de maior vulto, envolvendo a Câmara de Graduação ou o próprio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em algumas universidades, in-

clusivo, comissões conjuntas de graduação e de extensão têm avaliado os projetos, tanto sob a perspectiva formativa (para os estudantes) como da proposta de ação propriamente dita. Embora se possa argumentar que estas perspectivas devam estar juntas, este é também um ideal a ser alcançado. A aprendizagem quanto à conciliação destes dois aspectos continua em andamento. Politicamente, no entanto, quaisquer dessas alternativas (câmara de extensão ou ambas as câmaras) significarão passos importantes.

Esta articulação entre as câmaras poderia ganhar um grande estímulo caso ela também ocorresse entre os Fóruns e assim uma outra recomendação é:

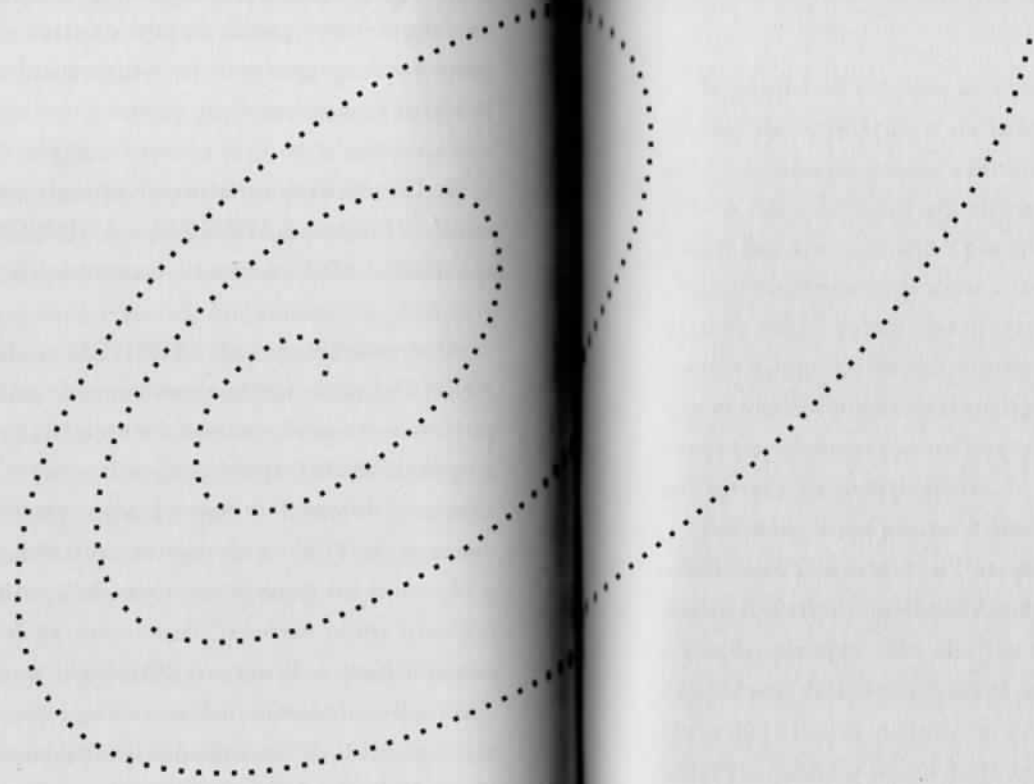
8. Concretizar uma maior articulação entre os fóruns de pró-reitores das universidades públicas.

Esta articulação, embora no início possa se restringir aos fóruns de Graduação e Extensão, deve gradativamente envolver o Fórum de Pós-Graduação e Pesquisa e o Fórum de Planejamento e Administra-

ção. Na verdade, a expectativa é de que este movimento ganhe o respaldo das administrações superiores das Universidades Públicas e, neste sentido, deve:

9. Concretizar uma maior articulação entre os Fóruns, a ABRUEM, a ANDIFES e a SESU/ MEC, e demais Secretarias.

O envolvimento da ABRUEM e da ANDIFES são essenciais para que todo este processo encontre melhores condições de governabilidade e apoio dentro das universidades públicas. Por outro lado, o envolvimento da SESU e de outras secretarias pode também significar, além de apoio político, apoio material, como vem acontecendo com o Programa PROEXT, que sinaliza para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão nos quais a questão da Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão esteja de fato presente.



**considerações
finais**

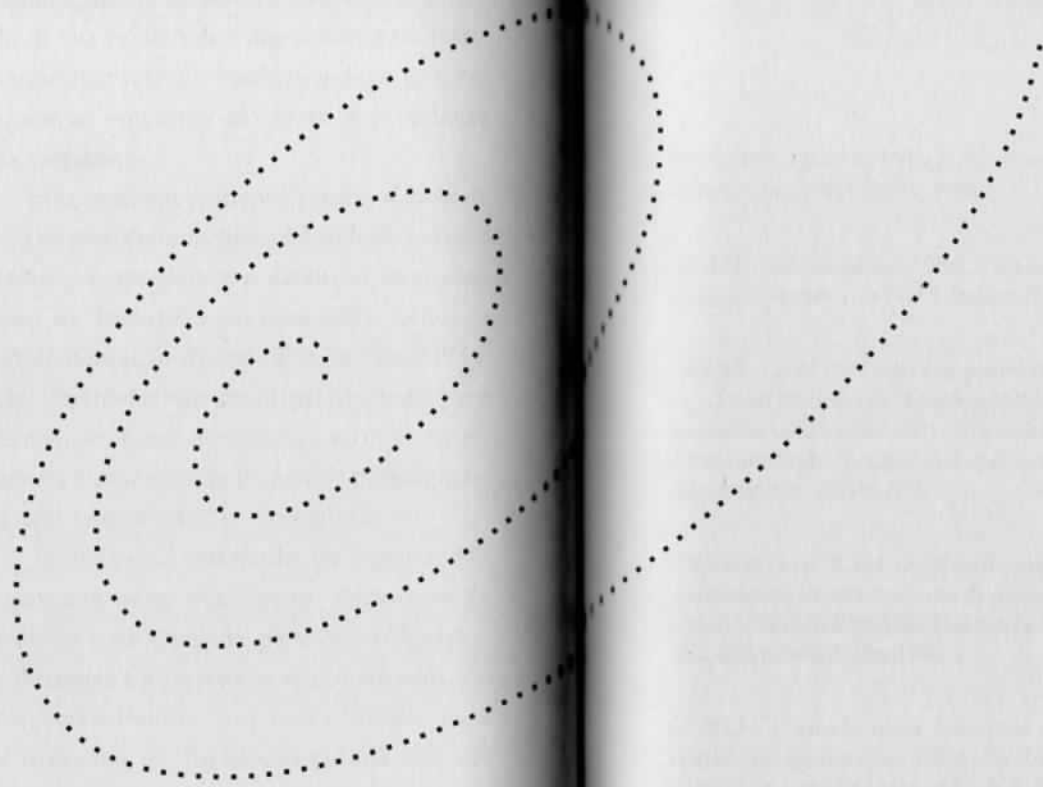
É preciso dizer que as conquistas no campo da legislação e da prática devem ser creditadas ao sonho, à esperança, à utopia e à ética de todos aqueles que vêm, ao longo dos anos, lutando por uma Universidade comprometida com a universalização do saber. Lutas que ultrapassam governos e impossibilidades momentâneas e que verdadeiramente se constituem em uma força impulsionadora na busca da cidadania plena e da justiça social.

Portanto, ao se pensar a questão da Flexibilização Curricular, a Extensão Universitária contribui, significativamente, para os espaços que têm sido abertos e onde são exercitadas relações democráticas, produtoras de saberes e práticas efetivamente cidadãs. Assim é que a Extensão também defende o argumento de que a formação do estudante não deve se limitar aos ensinamentos de sala de aula, abrindo caminhos para ampliar o entendimento de Cur-

rículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.

Fica também evidente a necessidade de se concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão enquanto eixo de formação do estudante, sendo a implementação de medidas de flexibilização curricular um meio privilegiado para alcançá-la. Essas conquistas, ao corresponderem à emergência de novos paradigmas, levam tempo para se consolidar.

Trabalhar o currículo na perspectiva apontada neste documento é o ponto de partida e de chegada para que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão se constituam, indissociavelmente, em bases sólidas para o processo de formação cidadã. Os caminhos estão abertos... O percurso, porém, é diverso. As fronteiras precisam ser transpostas...



referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Belém: Basa, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>. Acessado em: 22/abr./02.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.248, 23 dez. 1996.

COELHO, Ildeu Moreira. Diretrizes curriculares e ensino de graduação. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/Abmes/Publica/Revista/estud22/est22-02.htm>.

FARIA, Dóris Santos de. (Org.) Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Avaliação da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus/BA: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Sistema de Dados e Informações: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.2)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular. Disponível em: www.prograd.ufu.br/forgrad2004

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Ensino de Graduação: políticas, diretrizes e interfaces com a pesquisa e a extensão: Carta de Recife (2002). Disponível em: www.prograd.ufu.br

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Resgatando espaços e construindo idéias: FORGrad 1997 a 2002. Niterói: EdUFF, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Textos das oficinas do FORGrad. Curitiba, 2001.

FRANCO, Creso. Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez; Autores Associados, UFC, 1986.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertane Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NÓVOA, Antonio. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SGUISSARD, Valdemar, SILVA Jr., João dos Reis. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA, Maria das Graças Martins da. Extensão: a face social da universidade? Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. Campinas, SP: Alínea, 2000.

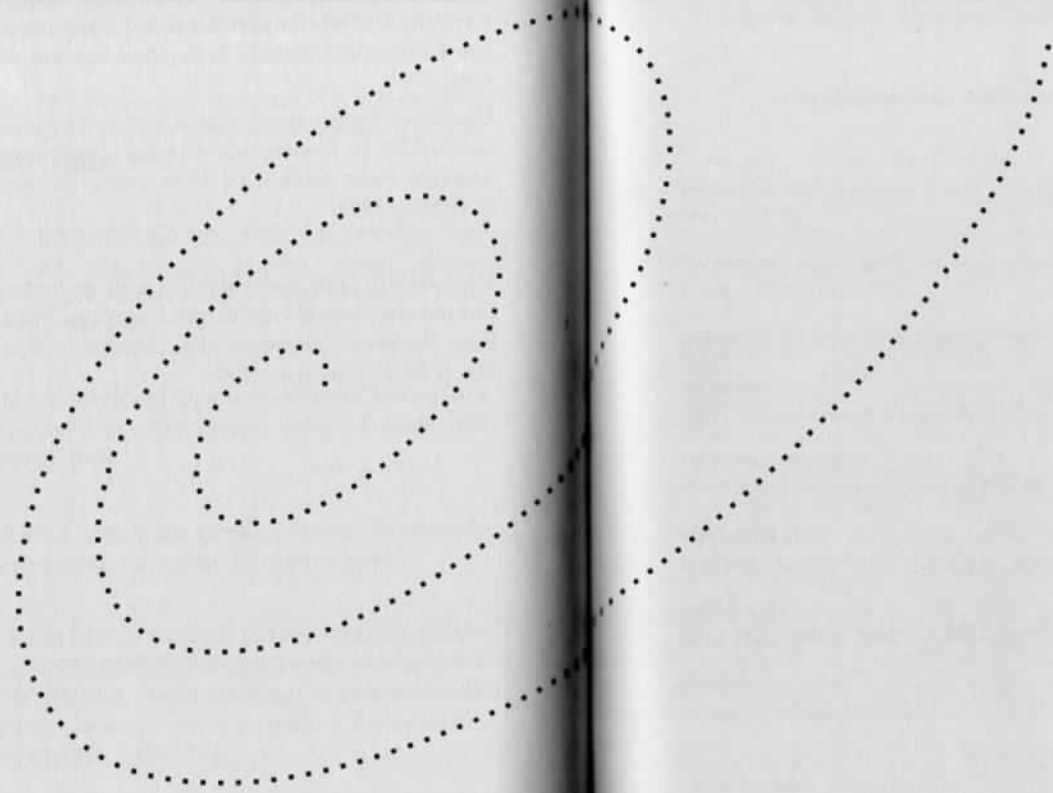
THIOLLENT, Michel, CASTELO BRANCO, Alba Lucia, GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira, ARAÚJO FILHO, Targino de. (Orgs.) Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003. 175 p.

TUTTMAN, Malvina Tania. Extensão universitária: a construção de novos caminhos. In: DURHAM, Eunice R., SAMPAIO, Helena (Org.) O ensino superior em transformação. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.

TUTTMAN, Malvina Tania. LDB e a flexibilização curricular. In: Trabalho apresentado no Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Regional Sudeste. Alfenas, 1999.

UNESCO. Tendências da educação superior para o século XXI. In: Conferência Mundial sobre ensino superior. Paris: UNESCO, 1998. Anais. Brasília: UNESCO, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Ciclos de formação: um horizonte libertador para a escola no 3º milênio. Revista de Educação AEC. Brasília, v. 28, n. 111, p. 83-95, abr./jun., 1999.



informações

COORDENAÇÃO NACIONAL

Presidente: Marco Antônio França Faria (UFRJ) – maio a outubro 2005

Presidente: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB) – outubro 2005 a maio 2006

COORDENAÇÃO DAS REGIONAIS

NORTE

Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA)

CENTRO-OESTE

Maria José Telles Franco Marques (UEMS)

NORDESTE

Reginaldo Inojosa Carneiro Campelo (UPE)

SUDESTE

Lilian Maria Garcia Bahia de Oliveira (UENF)

SUL

Gilberto Hildebrando (UEL)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Inês Sousa - UFRJ

Linda Omar Bernardes - UNIFESP

ASSESSORES ESPECIAIS

Targino de Araújo Filho - UFSCar

Edison José Corrêa - UFMG

Marco Antonio França Faria - UFRJ

Durante o XVII Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em Vitória (ES), em 2001, foi instituído o Grupo Técnico de Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular

Alba Lúcia Castelo Branco (UNIRIO); Linda Omar Alves Bernardes (UNIFESP); Malvina Tania Tuttman (UNIRIO); Nilci da Silva Guimarães (UNIRIO); Regina Fátima Teixeira Silva (CEFET-RJ); Regina Guedes Moreira Guimarães (UNIRIO); Tania Maria de Castro Carvalho Netto (UERJ); Targino de Araújo Filho (UFSCar); Tatiana Comiotto Menestrina [UDESC]

Da constituição do Grupo até maio de 2005, o GT contou com a participação de Luciana Castro (UERJ).

Coordenação de Produção

Sandra de Deus (UFRGS-RS)

Editoração Eletrônica

Rosâne Vicira (UFRGS-RS)

Bolsistas de Extensão / DEPEXT - SR3 - UERJ:

Rafaella Lemos dos R. Souza

Rafaella Abrahão Ribeiro

Bolsistas do GTFlex:

Liciana Oliveira de Azevedo Gaspar - bolsista UNIRIO

Daiane Priscila Pereira - bolsista UNIFESP

COLEÇÃO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Criação original da capa

Prof. Otávio Filho (UESC-BA)

RENEX
REDE NACIONAL DE EXTENSÃO
www.renex.org.br

Impressão
Gráfica da UFRGS
Av Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre - RS
Fone (51) 3316 5083